



Seguro de Pessoas

PREVIDÊNCIA PRIVADA

MBM PREVIDÊNCIA PRIVADA

Carta Patente nº 028

CNPJ 92.892.256/0001-79

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Participantes: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias vigentes, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas das notas explicativas, do parecer atuarial e do parecer dos auditores independentes, apresentadas na forma de Legislação Societária, bem como das normas e instrumentos provenientes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

FATORES INFLUENTES NO DESEMPENHO DA MBM PREVIDÊNCIA PRIVADA: Destaque-se, no exercício, o aumento de capital social da controlada, MBM Seguradora S.A. no montante de R\$ 1.990.774,00 (Hum milhão, novecentos e setenta mil, setecentos e setenta e quatro reais) sendo R\$ 1.490.774,00 (Hum milhão, quatrocentos e noventa mil, setecentos e setenta e quatro reais) dos dividendos não distribuídos do exercício de 2011 e o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em espécie. Os custos operacionais e administrativos mantiveram-se em um patamar aceitável e restrito aos limites legais. O resultado do exercício, originalmente positivo em R\$ 4.338 mil, foi onerado por uma série de decisões da administração, que revisou a expectativa de realização de seus ativos e a adequação de seus passivos, adotando as medidas a seguir elencadas, que absorveram o resultado positivo original e resultaram num déficit de R\$ 3.150 mil ao final do exercício. 1. Revisão de metodologia e complementação de provisões técnicas (nota explicativa nº 17); 2. Aplicação da Circular SUSEP – 424, de 29 de abril de 2011, quanto à Redução ao Valor Recupe-

rável de Ativos Operacionais e Financeiros e revisão de ações judiciais classificando-as como provável, (nota explicativa nº 19); 3. Baixa de bloqueios e depósitos judiciais plano de rendas de processos encerrados (nota explicativa nº 20); 4. Baixa de valores de bloqueios e depósitos e constituição de provisões judiciais cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 21); 5. Revisão dos valores a receber sobre a assistência financeira (nota explicativa nº 22). Cumprir esclarecer que, as ações corretivas destacadas, não interferiram no cumprimento de obrigações de responsabilidade da empresa durante o exercício examinado e todos os compromissos futuros encontram respaldo atuarial, financeiro e contábil, conforme pareceres dos auditores independentes.

PERSPECTIVAS E PLANOS PARA O EXERCÍCIO DE 2013: Realizados os ajustes descritos, para o ano de 2013, daremos continuidade à política de austeridade vigente, controle rígido de despesas previstas no orçamento e diretrizes aprovadas pelo Conselho Deliberativo e Fiscal, cumprimento do planejamento estratégico e gerenciamento das operações para atingir as metas estabelecidas com as seguintes ações: 1. Acompanhamento criterioso do plano de negócios; 2. Análise e avaliação do desempenho econômico das filiais e representações; 3. Consolidação da unificação da gestão; 4. Fortalecimento do processo de gerenciamento de risco; e 5. Melhoria contínua. Para finalizar, destacamos compromisso do MBM Previdência Privada em manter rígidos padrões de segurança e liquidez evidenciando a eficiência das diretrizes traçadas pela atual Diretoria na gestão da Entidade.

Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2013.

A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL – R\$

ATIVO		PASSIVO	
31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Circulante	47.040.590,01	46.585.510,62	6.184.957,36
Disponível	11.108.367,43	7.060.582,91	868.311,69
Caixa e Bancos	910.904,03	964.227,84	399.946,21
Equivalente Caixa	10.197.463,40	6.096.355,07	82.295,80
Aplicações	31.900.317,93	33.037.413,65	107.563,28
Crédito das Operações c/Previd. Complementar	1.274.202,60	1.451.267,73	129.394,82
Valores a Receber	1.274.202,60	1.451.267,73	41.845,13
Outros Créditos Operacionais	2.740.497,80	4.741.782,90	311.205,19
Títulos e Créditos a Receber	345.851,35	1.439.532,95	91.762,18
Créditos Tribut. e Previdenciários	207,70	23.522,61	11.821,94
Depósitos Judiciais e Fiscais	-	201.733,06	210.623,46
Assistência Financeira a Participantes	2.156.421,93	2.412.099,57	8.819,55
Outros Créditos	238.016,82	664.894,71	2.858,26
Despesas Antecipadas	17.204,25	9.931,28	4.947.495,30
Administrativas	17.204,25	9.931,28	454.252,87
Ativo não Circulante	24.074.723,26	23.580.851,86	4.493.242,43
Realizável a Longo Prazo	812.332,37	2.703.635,74	4.298.544,01
Títulos e Créditos a Receber	812.332,37	2.703.635,74	37.516.420,35
Títulos e Créditos a Receber	-	15.540,00	34.683.204,80
Depósitos Judiciais e Fiscais	812.332,37	2.688.095,74	3.403.088,91
Investimentos	18.795.299,85	16.180.892,53	31.254.710,94
Participações Societárias	17.123.846,61	14.423.936,80	30.626.701,71
Imóveis Destinados à Renda	1.671.453,24	1.756.955,73	2.858.620,50
Imobilizado	4.462.473,93	4.693.572,20	2.858.620,50
Imóveis de Uso Próprio	4.035.086,42	4.167.915,14	642.001,98
Bens Móveis	388.412,83	484.572,42	26.160.154,10
Outras Imobilizações	38.974,68	41.084,64	29.298.200,32
Intangível	4.617,11	2.751,39	3.980.227,47
Outros Intangíveis	4.617,11	2.751,39	663.118,76
Total do Ativo	71.115.313,27	70.166.362,48	21.661.369,00
			24.686.116,97

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – R\$

	31/12/2012	31/12/2011
Rendas de Contribuições e Prêmios	4.422,90	3.946,83
(-) Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder	(24.998,01)	(19.853,61)
(=) Receita de Contribuições e Prêmios VGBL	(20.078,91)	(15.906,78)
(+) Rendas com Taxa de Gestão e Outras Taxas	1.177.983,19	640.877,97
(-) Variação de Outras Provisões Técnicas	(186.231,46)	(755.686,83)
(-) Benefícios Retidos	(4.371.934,28)	(5.090.283,96)
(-) Custos de Aquisição	(659.295,61)	(952.608,05)
(-) Outras Receitas e Despesas Operacionais	(3.861.071,71)	(1.106.441,56)
(+) Contribuições para Cobertura de Riscos	17.556.468,27	17.568.657,97
(-) Variação das Provisões Técnicas de Prêmios	(524.167,76)	307.229,33
(=) Prêmios Ganhos	17.032.300,45	17.875.887,30
(-) Sinistros Ocorridos	(7.081.253,32)	(7.463.528,92)
(-) Custos de Aquisição	(1.486.519,48)	(1.550.764,75)
(-) Despesas Administrativas	(10.344.224,34)	(6.619.737,65)
(-) Despesas com Tributos	(492.571,88)	(379.303,49)
(+) Resultado Financeiro	4.718.633,14	5.281.091,60
(+) Resultado Patrimonial	2.400.179,48	1.240.400,55
(=) Resultado Operacional	(3.174.081,83)	1.103.995,43
(+) Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes	23.212,93	84.395,78
(=) Resultado Antes dos Impostos e Participações	(3.150.868,90)	1.188.391,20

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE – R\$

	31/12/2012	31/12/2011
Resultado Líquido do Período	(3.150.868,90)	1.188.391,20
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	144.561,13	147.761,03
Variação de Reserva de Reavaliação	144.561,13	168.741,47
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(20.980,44)
(=) Resultado Abrangente do Período	(3.006.307,77)	1.336.152,23

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO DIRETO – (EM R\$)

	31/12/2012	31/12/2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos Prêmios de Seguros	17.737.956,24	18.588.346,14
Outros recebimentos operacionais	1.177.983,19	1.087.895,29
Pagamentos de sinistros, benefícios	(12.539.079,40)	(12.176.391,36)
Pagamentos de despesas com oper. Seguros	(3.508.081,31)	(8.226.564,05)
Pagamento despesas e obrigações	(4.614.241,74)	(9.041.997,79)
Recebimento de Juros e Dividendos	5.951.006,97	6.857.554,55
Caixa gerado (consumido) pelas Operações	4.205.543,95	(2.911.157,22)
Impostos e contribuições pagos	(505.206,84)	(401.234,09)
Investimentos financeiros:		
Aplicações	(38.953.814,55)	(19.848.594,43)
Vendas e Resgates	39.818.226,99	21.552.698,86
Caixa líquido gerado (consumido) pelas Ativ. Oper.	4.564.749,55	(1.608.286,88)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra de Ativo Permanente:		
Imobilizado	(16.965,03)	(238.460,35)
Intangível	-	-
Recebimento pela venda de Ativo Permanente:		
Imobilizado	-	-
Caixa líquido (consumido) nas Ativ. Investimento	(16.965,03)	(238.460,35)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento do Capital Social	(500.000,00)	(600.000,00)
Pagamento de Empréstimos	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas Ativ. Financ.	(500.000,00)	(600.000,00)
Aumento (redução) Líquida de Caixa e Equiv. Caixa	4.047.784,52	(2.446.747,23)
Caixa e Equiv. Caixa no Início do Período	9.507.582,91	9.507.330,14
Caixa e Equiv. Caixa no Final do Período	1.108.367,43	7.060.582,91
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES	4.047.784,52	(2.446.747,23)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – EM REAIS

Discriminação	Reservas de		Superávits ou		Total
	Reavaliação	Retenção de Superávits	Déficits Acumulados		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2010	4.148.968,94	4.122.938,08	23.944.041,34	32.215.948,36	
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	20.980,44	20.980,44	
Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	
Realização	(126.899,59)	-	126.899,59	-	
Baixa	(41.841,88)	-	-	(41.841,88)	
Baixa da Reserva de Contingências de Benefícios	-	(4.085.277,80)	-	(4.085.277,80)	
Superávit do Período	-	-	1.188.391,20	1.188.391,20	
Proposta para Destinação do Superávit	-	-	-	-	
Reservas para Contingências de Benefícios	-	594.195,60	(594.195,60)	-	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2011	3.980.227,47	631.855,88	24.686.116,97	29.298.200,32	
Realização Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	
Realização	(126.120,93)	-	126.120,93	-	
Baixa por venda do imóvel	(20.394,28)	-	-	(20.394,28)	
Baixa	-	-	-	1.954,08	
Realização da Reserva de Contingências de Benefícios	-	31.262,88	-	31.262,88	
Déficits do Período	-	-	(3.150.868,90)	(3.150.868,90)	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2012	3.835.666,34	663.118,76	21.661.369,00	26.160.154,10	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 – Contexto Operacional
A MBM Previdência Privada é uma entidade aberta de previdência complementar, sem fins lucrativos que tem por objetivo a instituição, operação e manutenção de planos previdenciários de pecúlio e renda. A Região da Federação em que opera: No ano de 2012 a MBM Previdência Privada operou nas regiões 1 – AL, Região 2 – CE, Região 3 – PB, PE e RN, Região 4 – BA e SE, Região 5 – DF, GO, MS e MT, Região 6 – MG, RJ e ES e Região 8 – PR, RS e SC. b) Riscos Similares: A estrutura de gestão de riscos da Entidade considera a similaridade dos riscos transferidos (ou características de riscos similares) pelos seus contratos nos planos em que opera, bem como a experiência acumulada ao longo dos anos para lidar com os riscos aos quais está exposta.

2 – Apresentações das Demonstrações Contábeis

a) Conformidade: As Demonstrações Contábeis compreendem o Balanço Patrimonial e as Demonstrações de Resultado, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido e foram elaboradas em conformidade com as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e em conformidade com a Circular SUSEP nº 430/2012 e com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovados pela SUSEP e CNSP.

b) Estimativas e julgamentos: A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer outros períodos futuros afetados.

c) Comparabilidade: As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC 21 e instruções do órgão regulador. Para o balanço patrimonial, utilizaram-se as informações constantes do período findo imediatamente precedente (31 de dezembro de 2011).

d) Continuidade: A Administração avaliou a habilidade da Entidade em continuar operando normalmente e tem convicção de que a mesma possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Entidade.

3 – Principais Políticas Contábeis

Dos estabelecidos por resoluções do CNSP e circulares da SUSEP, merecem destaques:

a) Receitas e Despesas – São escrituradas pelo regime de competência;
b) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – A administração revisa, mensalmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais exigências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável;

c) Depreciação – O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação, calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens (Imóveis - 4% a.a.; Equipamentos, Móveis, Máquinas e Utensílios - 10% a.a.; Veículos e Equipamentos de Sistemas de Processamento de Dados - 20% a.a.);

d) Provisões:

d.1) Provisões Técnicas – As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados através de Notas Técnicas Atuariais (NTA), ou previstos nas Avaliações Atuariais anuais, as quais são elaboradas de acordo com a Circular SUSEP nº 272 de 22/10/2004, pelo Atuarial Responsável Técnico. O CNSP, através da Resolução nº 162 de 26/12/2006, alterada pelas Resoluções 181/2007, 195/2008 e 204/2009, estabeleceu as regras para constituição de provisões técnicas das Entidades, as quais são calculadas pelo Atuarial Responsável Técnico, em conformidade com a Resolução CNSP nº 135/2005, e fiscalizadas de forma contínua pela SUSEP.

As principais provisões constituídas pela Entidade, conforme a característica de cada benefício, são as seguintes:

- Provisão de Insuficiência de Contribuição – Fase de benefícios (PIC-PMBC)
- Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)
- Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)
- Provisão de Oscilação de Riscos – POR
- Provisão de Eventos Ocorridos, mas Não Avisados – IBNR
- Provisão de Benefícios a Regularizar – PBR
- Provisão para Despesas Administrativas – PDA

d.2) Provisões Judiciais: Para as contingências da entidade classificadas pela Assessoria Jurídica como perdas potenciais foram constituídas provisões de acordo com os critérios e exigências adotados pela SUSEP, e são julgadas suficientes para o caso de eventuais perdas;

e) Avaliação de Ativos e Passivos – Os demais ativos são demonstrados pelo valor de custo, acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos. Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço;

f) Teste de Adequação dos Passivos (LAT – Liability Adequacy Test) – Conforme requerido pelo CPC, em cada data de balanço a Entidade elaborou o Teste de Adequação dos Passivos para todos os contratos vigentes na data de sua execução, o qual é realizado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos oriundos destes contratos, deduzidos, conforme o caso, dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos mesmos, em conformidade com as normas específicas. Para esse Teste, a Entidade elaborou uma metodologia que considera a melhor estimativa para todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de benefícios, utilizando-se de premissas correntes. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos são agrupados em função de similaridades (ou características de risco similares), conforme a estrutura disposta no inciso IV do Art. 10 da Circular SUSEP nº 457/2012. Uma vez definidos, os fluxos são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco, de onde se calcula o resultado parcial de cada um destes grupos, e, conseqüentemente, se extrai o resultado final do TAP. Atualmente, a carteira de produtos operados pela Entidade é composta por diferentes planos de previdência, dentre os quais remanesce a movimentação em planos bloqueados. Em sua operação macro, há presença de riscos nos quatro tipos de coberturas: pecúlio, pensão, aposentadoria e invalidez, cada qual com suas características peculiares e constantes dos respectivos planos de benefícios. Para realizar o TAP, considerando-se todos os tipos de planos e riscos em vigor pela Entidade, foi utilizada metodologia que leva em conta elementos e bases técnicas que impactam diretamente nos fluxos de caixa dos referidos contratos, tais como, taxas de tábuas de mortalidade, índices de inflação, estatísticas de sinistralidade, opções de resgates dentre outros. Os resultados e as conclusões em relação aos testes realizados na data base de 31/12/2012 estão expostos na tabela específica denominada “Resultados Parciais Obtidos nos fluxos de 31/12/2012” destas notas explicativas, e também na tabela “Resultado Final do TAP de 31/12/2012”.

5.1 - Risco de Liquidez: Risco de liquidez é o risco associado à incapacidade da Companhia saldar seus compromissos, quanto aos sacrifícios na transformação de um ativo em caixa necessário para saldar uma obrigação. O gerenciamento de riscos da Previdência é realizado através da gestão de ativos e passivos, considerando os vencimentos. A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pelo Departamento Financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A carteira de investimentos da companhia é gerida pelo Banco Cooperativo Sicredi conforme determinação do Conselho Deliberativo e Fiscal. Para a Previdência o risco de Liquidez é mínimo, considerando que a sua carteira de investimentos é constituída por ativos classificados em “para negociação”.

	0-6 meses	6-12 meses	1-3 anos	Acima de 3 anos	Total
Caixa, Bancos e Equivalentes de Caixa	11.108.367,43	-	-	-	11.108.367,43
Ativos financeiros	8.265.698,59	3.409.304,35	16.205.927,34	4.019.387,65	31.900.317,93
Disponíveis para venda					
Títulos de Renda Fixo Privados	4.559.398,54	3.409.304,35	15.841.391,31	4.019.387,65	27.829.481,85
Títulos de Renda Variável	1.132.044,91	-	-	-	1.132.044,91
Quotas e Fundos de Investimentos	2.574.255,14	-	364.536,03	-	2.938.791,17
Créditos das Operações com Previdência	1.274.202,60	-	-	-	1.274.202

Continuação **MBM Previdência Privada** NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

5.2 – Risco de Crédito: A MBM Previdência Privada adota política de baixo grau de exposição a risco de crédito, na medida em que opera preponderantemente com ativos financeiros classificados na Resolução CMN nº 3.308/05 como de baixo risco, na sua grande maioria.

Composição dos Ativos	Sem Rating	Com Rating	Rating	Agência	Rating	Agência	Rating	Agência
Caixa e Bancos	910.904,03	-	-	-	-	-	-	-
Equivalentes de Caixa	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos - FIFR TIT PUBLICOS	10.197.463,40	-	-	-	-	-	-	-
Disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-
CDB - BANCO ABC	-	324.845,48	AA+	S&P	Aa1	Moody's	AA-	Fitch
CDB - BANCO SAFRA	-	2.040.649,40	AAA	S&P	Aaa	Moody's	AA+	Fitch
CDB - HSBC	-	2.034.030,51	-	-	Aaa	Moody's	-	-
Letra Financeira - BANCO DO BRASIL	-	2.193.903,66	AAA	S&P	Aaa	Moody's	AAA	Fitch
Letra Financeira - BCO VOTORANTIM	-	579.188,61	AAA	S&P	Aaa	Moody's	AAA	Fitch
Letra Financeira - BANCO DAYCOVAL	-	341.253,21	AA	S&P	Aa1	Moody's	AA-	Fitch
Letra Financeira - CAIXA ECONOMICA	-	651.149,91	-	-	Aaa	Moody's	AAA	Fitch
Letra Financeira - BANCO ALFA S.A.	-	656.434,65	-	-	Aaa	Moody's	AA	Fitch
Letra Financeira - BANCO BTG PACTU	-	3.238.311,54	AA+	S&P	Aaa	Moody's	AA	Fitch
Letra Financeira - BANCO ALFA S.A.	-	1.230.154,70	-	-	Aaa	Moody's	AA	Fitch
Letra Financeira - BCO VOTORANTIM	-	641.354,64	AAA	S&P	Aaa	Moody's	AA+	Fitch
Letra Financeira - BANCO SANTANDER	-	2.306.693,36	AAA	S&P	Aaa	Moody's	AAA	Fitch
Letra Financeira - BANCO BRADESCO	-	2.305.681,85	AAA	S&P	Aaa	Moody's	AAA	Fitch
Letra Financeira - HSBC	-	963.863,67	-	-	Aaa	Moody's	-	-
Letra Financeira Sub. - BANCO DO BRASIL	-	312.915,86	AAA	S&P	Aaa	Moody's	AAA	Fitch
Letra Financeira Sub. - BANCO BRADESCO	-	515.254,82	AAA	S&P	Aaa	Moody's	AAA	Fitch
Letra Financeira Sub. - ITAU UNIBANCO AS	-	932.107,48	AAA	S&P	Aaa	Moody's	AAA	Fitch
Debênture - ECOVIAS	-	214.831,76	AA+	S&P	-	-	AA-	Fitch
Debênture - ALUPAR INVESTIM	-	240.000,26	-	-	-	-	AA	Fitch
Debênture - TELEMAR N L AS	-	813.298,80	AAA	S&P	-	-	-	-
Debênture - ALL AMER LAT	-	366.931,94	-	-	A3	Moody's	A	Fitch
Debênture - AUTOVIAS AS	-	693.485,93	-	-	-	-	AA	Fitch
Debênture - AES TIETE S/A	-	1.101.195,70	-	-	Aa1.br	Moody's	AA	Fitch
Debênture - TRANS. ALIANÇA	-	872.734,53	AAA	S&P	Aa1.br	Moody's	AAA	Fitch
Debênture - RODONORTE CONC	-	432.550,87	AA+	S&P	-	-	A+	Fitch
Debênture - ELEKTRO EL.SERV	-	823.834,98	AAA	S&P	-	-	-	-
Debênture - LOJAS RENNER	-	1.002.723,64	AA+	S&P	-	-	-	-
Fundos - FIDC BONSUCESSO	-	364.536,03	AAA	S&P	-	-	-	-
Fundos - BANRI M FI REFER DI	2.574.255,14	2.574.255,14	-	-	-	-	-	-
Fundos - FDO FIA INSTITUCIONA	1.132.044,91	1.132.044,91	-	-	-	-	-	-
Contribuições a Receber	2.359.380,32	-	-	-	-	-	-	-
Títulos e Créditos a Receber	2.740.497,80	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Antecipadas	17.204,25	-	-	-	-	-	-	-
Exposição Máxima ao risco de crédito	19.931.749,85	31.900.317,93	-	-	-	-	-	-

5.3 – Risco de Mercado: A quantificação ou mensuração do risco de mercado é definido como a probabilidade de perda advinda de flutuações nos preços de ativos financeiros decorrentes de alterações inesperadas em fatores como taxa de juros, taxa de câmbio, taxa de inflação, bem como mudanças nas condições de títulos ou mercados. A matéria de risco mais utilizada no mercado financeiro são: Valor em Risco - VaR (Medida estatística que protege a perda máxima do valor do ativo ou de uma carteira em condições normais de mercado. Teste de Estresse (Medidas para determinação dos efeitos de condições extremas de mercado sobre o valor da carteira). As metodologias aplicadas têm como objetivo quantificar os riscos assumidos, de forma a gerenciar as exposições, de acordo com as suas características, mantendo-as compatíveis com o apetite a risco, conforme as características dos negócios e das carteiras operadas. Cabe ao Banco Cooperativo Sicredi (responsável pela gestão dos ativos financeiros da Companhia): 1. Definir a gestão do risco de mercado e de mediação de performance para os Fundos e Aplicações; 2. Fornecer os preços e taxas de operações marcadas dos Fundos, conforme regras pré-estabelecidas; 3. Avaliar e definir os limites de cada categoria; 4. Acompanhar diariamente os limites de cada fundo, se certificando do seu enquadramento legal; 5. Verificar o atendimento à legislação vigente e aos mandatos estabelecidos pela Companhia.

5.4 – Análise Qualitativa: Objetivos, políticas e processos de gestão de riscos: A Entidade atua junto ao mercado com os seguintes planos de previdência complementar:

Nº de Proc.	SUSEP	Tipo	Planos / Regimes Financeiros
006.001411/79	B	N	Pensão de Policial Militar / Repart. de Capitais de Cobertura Pensão por Morte de Associado - PPM / Capitalização Pecúlio Progressivo - PEC / Repartição Simples
	N	N	Renda Mensal Diferida Vitalícia - AC / Capitalização Pecúlio por Morte de Associado - PC / Capitalização Pecúlio Série 01RS / Repartição Simples
	N	N	Renda Mensal Vitalícia por Morte - PE / Capitalização
001.000918/82	N	N	Renda Mensal Vit por Óbito - RCC / Repart. de Cap. de Cobertura
001.002576/91	N	N	Pecúlio Série 02RS / Repartição Simples
001.006983/89	N	N	Pecúlio Série 03RS / Repartição Simples
10.001979/01-97	N	N	Pecúlio MBM FLEXI / Capitalização
15414.004232/2006-46	N	N	Renda por Invalidez - PRI / Capitalização

*B = plano Bloqueado (não permitida a comercialização) e N = plano Novo (comercializado ou não)
O modelo de negócio da Entidade busca atender a sociedade de modo geral, todavia direciona suas estratégias de mercado mais especificamente à classe de funcionários públicos vinculados à Brigada Militar, objetivo maior de sua existência. Seus produtos são avaliados anualmente e tem apresentado taxas de sinistralidade adequadas ao longo do tempo, extraídas da relação benefícios pagos por contribuições arrecadadas, as quais se situaram em 42,9% e 42,8%, considerando os anos de 2012 e 2011, respectivamente. As áreas técnica, de produção, de subscrição e de regulação são as responsáveis em auxiliar na identificação, monitoramento e mitigação dos riscos de subscrição, cujas políticas são definidas pela sua diretoria. A Entidade define risco como sendo aquele transferido por qualquer contrato onde haja incerteza quanto à ocorrência de um evento gerador do benefício suscrito, bem como onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante de um evento. Importante divulgar que o principal risco atinente aos seus contratos está adstrito à probabilidade de morte dos participantes, e, segundo o entendimento técnico de sua administração, é justamente nesta variável, que envolve os pagamentos dos respectivos benefícios e/ou a geração das provisões garantidoras, onde reside a possibilidade de se exceder ao valor contabilizado passivos atuariais, quando consideradas situações específicas, como, por exemplo, os benefícios oriundos de demandas judiciais contra a Entidade. A Entidade está atenta quanto ao treinamento de seus funcionários, principalmente no que tange aos aspectos de controles internos, e vem procurando monitorar o desempenho de sua equipe de vendas, a fim de avaliar a sua performance de mercado.

5.5 – Análise Quantitativa: 2.2.1. Sobre os planos em operação: A Entidade tem sua operação praticamente fixada nos planos de Pecúlio, os quais concentram seus riscos com maior ênfase, detendo um número consistente de participantes ativos em seu portfólio. Os planos que estão em comercialização atualmente são: Pecúlio Série 01RS, Pecúlio Série 02RS, Pecúlio Série 03RS (todos estruturados em Repartição Simples) e Pecúlio Flexi / Capitalização. A Entidade não vem mais comercializando planos de renda por morte ou invalidez, nem planos de sobrevivência, em vista do alto custo que os envolve, entretanto estes tipos de plano permanecem sendo administrados em sua carteira. Os planos de Pecúlio que estão em comercialização atualmente representam juntos 96,3% da arrecadação total de contribuições da Entidade, sendo 46,5% correspondente ao Pecúlio Flexi e 49,8% referentes aos Pecúlios 01RS, 02RS e 03RS. 2.2.2. Concentração de Risco e Análise de Sensibilidade: Em uma abordagem quantitativa da arrecadação, podem-se segregar os riscos atuais da seguinte forma: 97,2% (comercializados e não comercializados) estão concentrados em planos de pecúlio e os outros 2,8% em planos de renda (pensão, aposentadoria e invalidez - não comercializados), o que se considera residual frente ao contexto. Considerando-se o quantitativo em relação ao número de participantes, a Entidade apresenta um quadro com aproximadamente 30 mil participantes ativos, sendo 29,5 mil referentes aos planos de pecúlio, e apenas 487 aos planos de renda. Os valores das contribuições arrecadadas estão assim compostos:

Planos - coberturas	Contribuições em 2012	Contribuições em 2011
Planos de Pecúlio/RS	9.505.949	9.533.761
Planos de Pecúlio/CAP	8.902.529	10.023.787
Planos de Pensão/RCC	497.694	520.178
Planos de Pensão/CAP	5.898	6.656
Planos de Aposent./CAP	5.450	5.621
Planos de Invalidez/CAP	27.256	47.677
Total	18.944.775	20.137.679

A concentração dos riscos em vigor pelas U.F., agrupadas conforme as regiões da Resolução CNSP nº 227/2010, apresentou o seguinte comportamento no exercício de 2012:

Regiões de Risco - 2012	Contribuições	Concentração de Risco	Benefícios de Risco	Resgates Pagos
Região 2 PI, MA CE	282.324	2%	40.000	36.442
Região 3 PE, RN, PB, AL	1.023.792	5%	161.942	61.480
Região 4 SE, BA	582.604	3%	122.509	37.768
Região 5 GO, DF, TO, MT, MS	1.356.821	7%	176.590	283.841
Região 6 RJ, ES, MG	2.056.534	11%	189.197	371.841
Região 7 SP	172.878	1%	38.417	38.546
Região 8 PR, SC e RS	13.469.822	71%	7.390.724	1.099.457
Total	18.944.775	100%	8.119.379	1.929.375

Diante dos números apresentados, denota-se que a Região Sul (8) concentrou 71% da arrecadação, seguido pela Região (6) com 11%, Região (5) com 7% e Região (3) com 5%, ficando 6% distribuído entre as demais regiões. Em função de possibilitar o efeito comparativo, apresenta-se também a concentração dos riscos referentes ao ano de 2011, agrupados e distribuídos da mesma forma que divulgado acima:

Regiões de Risco - 2011	Contribuições	Concentração de Risco	Benefícios de Risco	Resgates Pagos
Região 2 PI, MA CE	315.055	1%	0	17.196
Região 3 PE, RN, PB, AL	1.355.771	7%	73.732	108.770
Região 4 SE, BA	677.690	3%	141.269	21.044
Região 5 GO, DF, TO, MT, MS	1.770.388	9%	125.223	348.509
Região 6 RJ, ES, MG	2.354.109	12%	270.134	403.724
Região 8 PR, SC e RS	13.664.667	68%	8.006.710	1.236.473
Total	20.137.678	100,00%	8.617.067	2.135.653

Em 2011, denota-se que a Região Sul (8) concentrou 68% da arrecadação, seguido pela Região (6) com 12%, Região (5) com 9% e Região (3) com 7%, ficando 4% distribuído entre as demais regiões. No comparativo entre os anos de 2012 e 2011, verifica-se que a concentração de riscos, em relação a sua distribuição por região, permanece com o mesmo perfil, tendo a Região Sul (8) ficado com a maior fatia da arrecadação. A Entidade utiliza as seguintes premissas atuariais para seus planos: - Base de dados composta por informações referentes aos seus livros oficiais, registros internos e/ou dados estatísticos do FIP, observando-se os contratos com riscos em vigor na data base; - Utilização de Tábuas Biométricas aprovadas pela legislação; e - Observação da sinistralidade estatística e avaliação atuarial do seu equilíbrio. Para efeito de Teste de Sensibilidade, avaliado o contexto técnico que envolve a Entidade, optou-se por estudar a rubrica de sinistralidade, a qual vem demonstrando um parâmetro equilibrado nos últimos 2 (dois) anos, situado na faixa entre 42% e 43%, segundo divulgado anteriormente. Ocorre que esta rubrica, que envolve as despesas e indenizações com benefícios, resguarda um componente importante de sensibilidade, pois uma oscilação inesperada em seu desempenho pode ocasionar reflexos nos indicadores econômicos da Entidade. Diante deste cenário, optou-se por utilizar um agravado de 5% junto a essa premissa atuarial, tomando por base de aplicação o parâmetro de 2012, o que, consequentemente incrementou a respectiva rubrica de despesas, possibilitando a veri-

7 – Provisões para Passivos Oriundos de Contratos de Seguros: Movimentação dos passivos dos planos de previdência - As tabelas a seguir apresentam a movimentação dos saldos dos passivos oriundos dos contratos de planos de previdência, demonstrando sua evolução de 31/12/2011 para 31/12/2012:

Quadro com a movimentação das provisões	PBR	PROVAR	IBNR	PMBAC	PMBC	POR	PDA	PIC	PRNE-RVNE	PCP
Saldo 31/12/2011	1.000,5	30,9	1.119,1	8.083,7	18.078,2	562,2	1.127,3	8.467,1	214,3	100,0
Constituições	7.221,0	1.979,9	203,9	1.499,0	670,0	121,8	873,1	322,5	36,6	43,1
Reversões	6.992,8	1.938,6	308,9	955,3	747,5	121,8	820,5	188,9	28,8	45,9
Saldo 31/12/2012	1.228,7	72,2	1.014,1	8.627,4	18.000,7	562,2	1.179,9	8.600,7	222,1	97,2

8 – Teste de Adequação do Passivo – TAP: Em consonância com o IFRS 4, CPC 11, e normativos SUSEP, foi elaborado o Teste de Adequação do Passivo - TAP da MBM Previdência Privada, instituído pela Circular SUSEP nº 457/2012, cuja abrangência está vinculada aos contratos dos seus planos de previdência com riscos em vigor na data base de 31/12/2012. O resultado do TAP, trazido a valor presente na respectiva data base, tem como intuito constatar a necessidade ou não de se proceder a garantias financeiras complementares às provisões constituídas, com vistas a garantir plenamente os riscos em vigor de suas operações. Para a realização do TAP, a Entidade agrupou os contratos de acordo com as características e bases técnicas de seus planos de benefício, resultando em 17 (dezessete) grupos, conforme abaixo: Regime Financeiro de Capitalização - CAP - 1. Pensão / CAP - fase de acumulação; 2. Invalidez / CAP - fase de acumulação; 3. Pecúlio / CAP - fase de acumulação / Tábua CSO-1958 / IGPM; 4. Pecúlio / CAP - fase de acumulação / Tábua CSO-1958 / TR; 5. Pecúlio / CAP - fase de acumulação / Tábua CSO-1980; 6. Aposentadoria / CAP - fase de concessão; 7. Pensão / CAP - fase de concessão; 8. Invalidez / CAP - fase de concessão; 9. Pecúlio / CAP - fase de concessão / Tábua CSO-1958 / TR; 10. Pecúlio / CAP - fase de concessão / Tábua CSO-1980; Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura - RCC - 11. Pensão / RCC - eventos não ocorridos / IGPM; 12. Pensão / RCC - eventos não ocorridos / TR; 13. Pensão / RCC - fase de concessão / IGPM; 14. Pensão / RCC - fase de concessão / TR; 15. Pensão / RCC - fase de concessão / Outros; Regime Financeiro de Repartição Simples - RS - 16. Pecúlio / RS - eventos não ocorridos; 17. Pecúlio / RS - eventos ocorridos. Critérios técnicos utilizados nas projeções dos fluxos: Para todos os grupos acima, foram feitos até 10 (dez) fluxos de caixa, os quais estão estruturados em consonância com a Circular SUSEP 457/2012, seguindo a estrutura e premissas descritas logo a seguir: Período utilizado nas projeções: o prazo entre a data inicial (riscos vigentes na data base), e o final da vigência destes contratos. Os respectivos fluxos foram numerados de I a X, identificados conforme abaixo, os quais são aplicados a partir do seguinte critério: Fluxos utilizados, conforme a necessidade, especificamente para grupos que estejam em fase de concessão ou cujos eventos já ocorreram: Fluxo I: Benefícios a pagar de eventos já ocorridos; Fluxo IX: Salvados e ressarcimentos; Fluxos utilizados, conforme a necessidade, especificamente para grupos que estejam em fase de acumulação ou cujos eventos ainda não ocorreram: Fluxo II: Benefícios a pagar de eventos ainda não ocorridos; Fluxo III: Estimativa de contribuições futuras que não estejam contidas na PRNE constituída na data base do teste; Fluxo VIII: Despesas de comercialização incidentes sobre as estimativas de receitas com contribuições futuras, constantes do Fluxo III, referentes a riscos vigentes, não considerando novas vendas; Fluxos utilizados, conforme a necessidade, para todos os grupos (fase de acumulação ou de concessão e eventos ocorridos ou não): Fluxo IV: Despesas administrativas futuras, relacionadas a riscos cujas vigências tenham se iniciado até a data base do TAP; Fluxo V: Despesas aloáveis relacionadas a benefícios; Fluxo VI: Despesas não aloáveis relacionadas a benefícios; Fluxo VII: Despesas com resgates, saldos, garantias e excedentes financeiros; Fluxo X: Outras receitas/despesas não incluídas nos fluxos anteriores. Nos cálculos das estimativas correntes dos diversos fluxos de caixa, foram adotadas as seguintes premissas e bases técnicas: • Tábuas Biométricas: Em seus principais grupamentos, para os Fluxos II foi adotada a tábua BR-EMS de morte, versão 2010, masculina e feminina; • Taxa de Juros e índice de preços: A taxa de juros livre de risco adotada neste trabalho foi a disponibilizada pela SUSEP ao mercado segurador, por meio de seu site, cuja aplicação na Entidade foi realizada em consonância com os índices de preços constantes dos seus respectivos contratos, ou seja, para os Grupos 1, 4, 6, 7, 9, 12, 14 e 17 a Taxa Referencial - TR, para os Grupos 3, 5, 10, 11, 13 e 16 o IGP-M/FGV, e para os Grupos 2 e 8 o IPCA/IBGE. Para o Grupo 15 adotou-se a taxa Pré-Fixada, tendo em vista não haver um índice de preços específico para estes contratos, por tratar-se de benefícios oriundos de questões judiciais pendentes;

* Método de apuração: Do valor presente obtido em decorrência dos fluxos de caixa contábeis das provisões técnicas, em conformidade com o disposto no § 1º do artigo 8º da Circular SUSEP nº 457/2012, deduzida, se for o caso, dos Custos de Aquisição Diferidos-CAD e dos Ativos Intangíveis diretamente relacionados às respectivas provisões, gerando, a partir daí, os resultados parciais para cada grupo. Após a apuração destes resultados parciais, considerando que o objetivo maior do TAP está relacionado à solvência da Entidade, fizemos a compensação dos resultados, conforme previsto na Circular mencionada, reagrupando-os pelo critério de similaridade técnica - "Grupos de Compensação", cujo resultado consolidado, se positivo, deverá ser reconhecido na PIP, PIC ou PRC. Como conclusão dos Testes realizados, não foi encontrada insuficiência em nenhum dos agrupamentos analisados.

GRUPO	VP - Fluxos de Caixa	Provisões Técnicas em 31/12/2012*	CAD e/ou Ativos Intangíveis	por R\$ 1.000 Resultados Parciais**
1. Pensão / CAP - fase de acumulação	39.236,02	144.526,73	0,00	(105.290,71)
2. Invalidez / CAP - fase de acumulação	26.856,10	27.052,43	0,00	(196,33)
3. Pecúlio / CAP - fase de acumulação / Tábua CSO-1958 / IGPM	8.308,04	13.530,20	0,00	(5.222,16)
4. Pecúlio / CAP - fase de acumulação / Tábua CSO-1958 / TR	463.713,04	1.494.307,60	0,00	(1.030.594,56)
5. Pecúlio / CAP - fase de acumulação / Tábua CSO-1980	(29.067.625,69)	6.664.460,53	0,00	(6.664.460,53)
6. Aposentadoria / CAP - fase de concessão	510.241,01	410.972,12	0,00	99.268,89
7. Pensão / CAP - fase de concessão	404.247,13	352.215,81	0,00	51.931,32
8. Invalidez / CAP - fase de concessão	182.347,29	182.347,29	-	0,00
9. Pecúlio / CAP - fase de concessão / Tábua CSO-1958 / TR	27.091,14	40.751,78	-	(13.660,64)
10. Pecúlio / CAP - fase de concessão / Tábua CSO-1980	586.803,74	748.781,11	-	(161.977,37)
11. Pensão / RCC - eventos não ocorridos / IGPM	(353.411,92)	363,04	-	(353,04)
12. Pensão / RCC - eventos não ocorridos / TR	(3.814.999,58)	8.514,58	-	(8.514,58)
13. Pensão / RCC - fase de concessão / IGPM	78.149,95	36.273,44	-	41.876,51
14. Pensão / RCC - fase de concessão / TR	17.284.424,34	12.652.155,78	-	4.632.268,56
15. Pensão / RCC - fase de concessão / Outros	7.606.581,88	5.591.177,12	-	2.015.404,76
16. Pecúlio / RS - eventos não ocorridos	(17.627.552,13)	1.612.598,74	-	(1.612.598,74)
17. Pecúlio / RS - eventos ocorridos	1.072.660,91	1.050.568,09	-	22.092,82
18. Pensão / CAP - fase de acumulação	39.236,02	144.526,73	-	(105.290,71)

**Os valores negativos da coluna "VP - Fluxos de Caixa" são considerados NULOS para fins de apuração do resultado.

Resultado Final do TAP de 31/12/2012:	por R\$ 1.000 Resultados Finais
RENDAS - EM CONCESSÃO	6.866.865,00
RENDAS - EM DIFERIMENTO	(114.364,66)
PECÚLIOS - EVENTOS OCORRIDOS	(153.545,19)
PECÚLIOS - EVENTOS NÃO OCORRIDOS	(9

»»» Continuação		MBM Previdência Privada	
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
<p>11 - Investimentos Relevantes: Participação na seguinte controlada: MBM Seguradora S/A (99,42%) com Capital Social de R\$ 13.218 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 14.881 mil, resultado do ano de 2012 de R\$ 2.217 mil e com 28.314.145 ações ordinárias e preferenciais. No período findo em 31 de dezembro de 2012, o MBM obteve um resultado líquido na equivalência patrimonial de R\$ 2.199 mil.</p> <p>12 - Depósitos de Terceiros Arrecadação de Contribuições Recebidas 31/12/2012 31/12/2011 de 01 a 60 dias 657.773,97 338.566,98 Saldo 657.773,97 338.566,98</p> <p>13 - Contingências Passivas: A Entidade é parte em processos judiciais envolvendo contingências cíveis e trabalhistas. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas ações, baseada na opinião dos consultores jurídicos internos, classificando as contingências em provável, possível e remota. A posição dos passivos contingentes em 31/12/2012 é a seguinte:</p>			
Contingências Passivas (R\$)			
31/12/2012		31/12/2011	
Quantidade	Demandado	Provisão	Quantidade
Quantidade	Demandado	Provisão	Quantidade
Demandas Trabalhistas			
Perda Provável	19 R\$ 630.171,58	R\$ 630.171,58	11 R\$ 224.468,88
Perda Possível	3 R\$ 507.228,33	-	18 R\$ 909.399,83
Perda Remota	24 R\$ 223.899,99	-	28 R\$ 669.023,69
Total	46 R\$ 1.361.299,90	R\$ 630.171,58	57 R\$ 1.802.892,40
Demandas Cíveis			
Perda Provável	71 R\$ 2.228.448,92	R\$ 2.228.448,92	52 R\$ 417.533,10
Perda Possível	114 R\$ 17.999.755,13	-	46 R\$ 466.506,40
Perda Remota	296 R\$ 3.053.034,53	-	380 R\$ 5.159.514,78
Total	481 R\$ 23.281.238,58	R\$ 2.228.448,92	478 R\$ 6.043.554,28
14 - Detalhamento das Contas de Resultado			
31/12/2012		31/12/2011	
31/03/2006 do Banco Central do Brasil - BACEN e as Circulares SUSEP nº 284 de 15/02/2005 e nº 300, de 29/08/2005.			
31/12/2012			
a) Despesas Administrativas			
Pessoal Próprio	(4.219.224,28)	(2.622.959,37)	Provisões Técnicas R\$ 39.605.295,15 R\$ 38.783.328,28
Serviços de Terceiros	(2.013.235,68)	(2.201.103,73)	Ativos Garantidores R\$ 45.266.204,94 R\$ 42.269.209,13
Localização e Funcionamento	(1.422.942,33)	(1.420.641,90)	Depósito a Prazo - CDB R\$ 4.399.525,39 R\$ 12.024.110,45
Publicidade e Propaganda	(47.259,51)	(46.431,57)	Debêntures R\$ 6.561.588,41 R\$ 6.907.545,99
Despesas c/Tributos	(492.571,88)	(379.303,49)	Fundos de Investim. - FIFR R\$ 10.197.463,40 R\$ 6.096.355,07
Despesas c/Publicações	(44.189,60)	(18.788,50)	DPGE R\$ - R\$ 3.640.476,17
Despesas c/Donativos	-	-	Quotas e Fundos de Investim. FIDC R\$ 364.536,03 R\$ 1.001.867,00
e Contribuições	(43.278,55)	(31.807,04)	Quotas e Fundos de Investim. Banrisul R\$ 2.574.255,14 R\$ 2.213.090,17
Outras	(2.554.096,39)	(278.005,54)	Outros Títulos Renda Variável R\$ 1.132.044,91 R\$ 1.003.522,33
Total	(10.836.796,22)	(6.999.041,14)	Letras Financeiras - LF R\$ 16.868.368,05 R\$ 6.246.801,64
b) Rendas c/Taxas de Gestão			
Receita c/Administração Apólice	1.177.983,19	640.877,97	Imóveis R\$ 3.168.423,61 R\$ 3.135.440,31
Total	1.177.983,19	640.877,97	Suficiência R\$ 5.660.909,79 R\$ 3.485.880,85
c) Despesas com Benefícios			
Benefícios Retidas	(11.558.158,64)	(12.501.948,77)	17 - Eventos: No decorrer do mês de janeiro de 2012, a Entidade, face à revisão de metodologia, complementou as provisões técnicas relacionadas às PMBC e PIC no valor de R\$ 441.935,55, conforme orientação da SUSEP.
Variação Provisão Eventos	-	-	18 - Transações com Partes Relacionadas: As operações com partes relacionadas são feitas exclusivamente com a sua Controlada MBM Seguradora S.A. As principais transações são: 1. Despesas administrativas recebidas pela utilização da estrutura física e de pessoal; 2. Recebimento do aluguel do 8º andar do prédio da sede pela MBM Seguradora;
Ocorrências mas não Avisadas	104.971,04	(51.864,12)	Previdência 31/12/2012 31/12/2011
Total	(11.453.187,60)	(12.553.812,89)	Ativo 21.889,93 17.009,76
d) Receitas e Despesas Operacionais			
Outras Receitas Operacionais	6.380,24	35.165,20	Outros Créditos a Receber
Outras Despesas Operacionais	(3.867.451,95)	(1.141.606,76)	21.889,93 17.009,76
Total	(3.861.071,71)	(1.106.441,56)	Passivo
e) Despesas de Comercialização			
Comercialização	(1.486.519,48)	(1.550.764,75)	Outras Obrigações a Pagar
Custeamento de Vendas	(659.295,61)	(952.608,05)	206.636,69 18.503,20
Total	(2.145.815,09)	(2.503.372,80)	Resultado 31/12/2012 31/12/2011
f) Despesas Financeiras			
Despesas c/Títulos de Renda	(254.816,18)	(384.486,08)	Receita com aluguel
Despesas c/Provisões Técnicas	(3.036,61)	(116,61)	44.226,60 44.226,60
Despesas c/Impostos e Contribuições	-	(142,29)	Despesa com folha de pagamento
Outras	(974.521,04)	(1.191.717,97)	2.014.659,16 0,00
Total	(1.232.373,83)	(1.576.462,95)	Receita com pró-labore
g) Receitas Financeiras			
Aplicações no Mercado Aberto	657.258,32	928.882,17	3.236.868,95 414.168,83
Títulos de Renda Fixa	2.500.422,91	3.021.661,37	19 - Outras Despesas Operacionais: No decorrer do mês de janeiro de 2012, a Entidade, face à revisão de metodologia, complementou as provisões técnicas relacionadas aos planos de renda no valor de R\$ 1.748.413,26 e avaliou a expectativa de realização de seus ativos, constituindo a Redução ao Valor Recuperável para Recebíveis de Créditos Operacionais, no montante de R\$ 472.696,19 ao final do ano de 2012.
Títulos de Renda Variável	378.710,02	135.603,14	20 - Despesas com Benefícios Planos de Renda: No decorrer do mês de janeiro de 2012, a Entidade identificou valores bloqueados e/ou depositados judicialmente referente a ações judiciais de revisão de pensões, que já haviam sido encerrados, totalizando o valor de R\$ 1.456.503,53 no qual foram baixados contra o resultado.
Assistência Financeira	1.896.237,37	1.575.362,35	21 - Despesas e Provisões Judiciais: A Entidade durante o ano de 2012, identificou valores bloqueados e/ou depositados judicialmente referente a ações judiciais cíveis e trabalhistas, que já haviam encerrado, totalizando o valor de R\$ 376.025,83. Ainda, revisou a classificação de processos judiciais constituindo provisões cíveis e trabalhistas, nos valores de R\$ 1.250.172,19 e R\$ 872.490,92, respectivamente.
Outras	518.378,35	1.196.045,52	22 - Assistência Financeira: No mês de dezembro de 2012 foi realizada a revisão dos valores a receber sobre a assistência financeira fornecida pela Entidade, ocasionando o ajuste de R\$ 871.286,93 contra o resultado em Outras Despesas com Assistência Financeira.
Total	5.951.006,97	6.857.554,55	23 - Outras Contas a Pagar: No dia 28/12/2012 o Banco Cooperativo Sicredi (responsável pela gestão dos ativos financeiros da Companhia) realizou a compra de 100 quantidades de Debêntures emitidas pelas Lojas Renner S/A (LRNE 15), totalizando o valor de R\$ 1.005.290,12 e realizou o registro da mesma perante a CETIP. Devido a uma falha de sistema do banco, porém, este valor só foi debitado na conta corrente da Entidade em 03/01/2013. Com isto, a Entidade resolveu lançar o valor em Outras Contas a Pagar, registrando assim a sua obrigação com o Banco.
h) Resultado Patrimonial			
Receitas c/Imóveis de Renda	296.650,13	213.383,58	
Resultado de Equivalência Patrimonial	2.199.303,21	1.488.597,14	
Despesas c/Imóveis de Renda	(95.773,86)	(461.580,17)	
Total	2.400.179,48	1.240.400,55	
i) Resultado não Operacional			
Lucro na Alienação de Bens Ativo	23.212,93	86.587,87	
Prejuízo na Alienação de Bens Ativo	-	(2.192,09)	
Total	23.212,93	84.395,78	
15 - Demonstração - Patrimônio Líquido Ajustado:			
31/12/2012		31/12/2011	
Patrimônio Líquido	R\$ 26.160.154,10	R\$ 29.298.200,32	
Participação colig. e controladas em empresas financeiras	R\$ 17.123.846,61	R\$ 14.423.936,80	
Despesas Antecipadas	R\$ 17.204,25	R\$ 9.931,28	
Ativos Intangíveis	R\$ 4.617,11	R\$ -	
Patrimônio Líquido Ajustado	R\$ 9.014.486,13	R\$ 14.864.332,24	
16 - Cobertura das Provisões Técnicas: Em 31 de dezembro de 2012, os ativos vinculados à SUSEP, para garantia de Provisões Técnicas da sociedade, líquidas de Direitos Creditórios, encontram-se cobertas pelos seguintes títulos e bens; conforme a Resolução nº 3308, de 31/08/2005 e Resolução nº 3358, de			

Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2013.

GUACIR DE LLANO BUENO
Diretor Presidente
CPF 191.714.550-00

PAULO BENHUR DE OLIVEIRA COSTA
Diretor Administrativo e de Controles Internos
CPF 369.900.780-49

PAULO FERNANDO HENDGES
Diretor de Previdência
CPF 375.460.660-34

JAIR BELTRAMI
Diretor Financeiro - CPF 325.234.750-49

DAIANE FROTA MACHADO
Téc. Contábil CRC/RS 077875 - CPF 826.847.310-04

ALEXANDRE TURK DE ALMEIDA
Atuário Responsável Técnico
ALM Consultoria e Auditoria Atuarial S/S Ltda - CIBA Nº 102 - CNPJ 08.614.081/0001-21

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.
Diretores e Conselheiros de
MBM PREVIDÊNCIA PRIVADA
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **MBM PREVIDÊNCIA PRIVADA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras
A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes
Nossa responsabilidade é a expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **MBM PREVIDÊNCIA PRIVADA** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2013.

SOARES & ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES - CRCRS 4.236

LUIZ FERNANDO SILVA SOARES
Responsável Técnico - Contador CRCRS 33.964

RICARDO SCHMIDT
Contador CRCRS 45.160

PARECER AUDITORIA ATUARIAL INDEPENDENTE

1. Examinamos o Teste de Adequação do Passivo - TAP e as provisões técnicas constituídas pela **MBM Previdência Privada**, na data base de 31/12/2012, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração, conforme os dados que nos foram repassados pela sua área técnica. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião acerca dessas informações, conforme Resolução CNSP nº 135/2005, quanto ao aspecto de segurança vinculada ao seu passivo atuarial.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com os princípios básicos atuariais e compreendemos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a evolução e relevância dos saldos das provisões e do TAP, (b) a constatação das evidências, com base em entrevistas e testes efetuados através dos registros e das informações técnicas recebidas, e (c) a avaliação das práticas e metodologias atuariais mais representativas adotadas pela Entidade e utilizadas para o registro de suas operações.

3. Em nossa opinião, o passivo atuarial auditado, considerando-se as metodologias de aplicação, a relevância dos saldos consolidados das provisões constituídas e o resultado advindo do TAP, está dimensionado em conformidade com suas normas técnicas e boas práticas atuariais, e encontra-se adequado aos respectivos compromissos assumidos em seus planos, cujo detalhamento e eventuais recomendações encontram-se no relatório analítico de Auditoria Atuarial.

Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2013.

ATUÁRIA BRASIL Assessoria, Consultoria e Auditoria
CNPJ 06.114.280/0001-45 - CIBA 0087

EDER GERSON A. DE OLIVEIRA
Atuário MIBA 630

LUIZ ERNESTO BOTH
Atuário MIBA 425

PARECER ATUARIAL - MBM PREVIDÊNCIA PRIVADA - DATA BASE 12/2012

A Avaliação Atuarial, realizada nos planos operados pela **MBM Previdência Privada**, demonstrou que suas provisões técnicas constituídas em 31/12/2012 encontram-se adequadas frente aos normativos legais em vigor, principalmente a Resolução CNSP nº 162/2006 e Circular SUSEP nº 272/2004, cujas análises realizadas fizeram uso de bases de dados com qualidade apropriada. Com relação à Provisão de Insuficiência de Contribuições (PIC), constatamos que sua constituição permanece sendo necessária para os beneficiários de planos de renda em fase de concessão, a qual é calculada com a tábua BR-EMS - constante da Circular SUSEP nº 402/2010.

Ademais, não foram constatadas situações relevantes durante a elaboração da presente Avaliação Atuarial, cujas provisões encontram-se analisadas de forma pormenorizada no respectivo relatório. Os resultados advindos do Teste de Adequação do Passivo - TAP, realizado em consonância com a Circular SUSEP nº 457/2012, não demandaram necessidade de provisionamento complementar, considerando que os valores constituídos de PIC, em 31/12/2012, se mostraram superiores aos apurados no respectivo Teste.

Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2013.

ALEXANDRE TURK DE ALMEIDA - MIBA nº 1034
ALM Consultoria e Auditoria Atuarial S/S Ltda
CNPJ nº 08.614.081/0001-21 - CIBA nº 102

PAULO FERNANDO HENDGES
Diretor Responsável Técnico

ANÚNCIO INSTITUCIONAL